

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &  
CONSTITUCIONAL**

a. 17

n. 70

out./dez. 2017

Editorial ..... 9

Judicial review of administrative action in the United States

*Controle judicial da atividade administrativa nos Estados Unidos*

**Richard Albert, Anna Nikolayeva** ..... 13

- 1 The Birth of the Administrative State ..... 14
- 2 The Forms and Functions of Judicial Review of Administrative Action ..... 16
- 3 Deference in Judicial Review of Administrative Action ..... 18
- 4 Narrowing Deference in Judicial Review of Administrative Action? ..... 20
- 5 The Future of Judicial Review of Administrative Action ..... 21
- References ..... 22

Self-cleaning in public procurement: operational potentiality and regulation  
in the European Union

*Autossaneamento em contratos públicos: potencialidade operacional  
e regulação na União Europeia*

**Jaime Rodríguez-Arana Muñoz** ..... 25

- 1 Introduction ..... 26
- 2 Comparative vision ..... 29
- 3 The question in the European directives (2014) ..... 30
- 4 Final reflexion ..... 34
- References ..... 43

El principio precautorio como fuente de responsabilidad estatal frente  
a los derechos fundamentales

*The precautionary principle as a source of state liability in face of fundamental  
rights*

**María Florencia Ramos Martínez** ..... 45

- 1 Introducción ..... 46
- 2 Prevención y precaución ..... 46
- 2.1 Aproximación conceptual ..... 46
- 2.2 La prevención ..... 47
- 2.3 El deber de precaución ..... 48
- 2.3.1 Origen del principio precautorio. Breve reseña ..... 48
- 2.3.2 Aproximación conceptual ..... 49
- 2.4 Prevención y precaución. Diferencias. La certeza del daño como punto medular ..... 50
- 2.5 La prevención: certidumbre de la potencialidad del daño ..... 51
- 2.6 Precaución: ausencia de certeza científica total o absoluta del daño ..... 54
- 3 El principio precautorio y el Estado ..... 56
- 3.1 La protección de los derechos fundamentales ..... 57
- 3.2 El rol del Estado frente al principio precautorio y el derecho constitucional al  
medioambiente sano ..... 59
- Referencias ..... 62

Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988

*The dangers of political moralism and the need to defend the right laid down in the Constitution of the Republic of 1988*

<b>Emerson Gabardo</b> .....	65
1 O que significa o Direito ter um conteúdo moral?.....	66
2 O moralismo como critério de decisão judicial .....	71
3 O moralismo na atuação legislativa .....	75
4 O moralismo político na sociedade civil brasileira .....	78
5 Conclusão: em defesa do Direito e dos direitos.....	82
Referências .....	86

O constitucionalismo da falta no Brasil

*Constitutionalism of lack in Brazil*

<b>Nelson Camatta Moreira, Rodrigo Francisco de Paula</b> .....	93
1 Introdução .....	94
2 Como se faz a história de um constitucionalismo .....	94
3 A memória impedida do constitucionalismo brasileiro .....	97
4 Considerações finais .....	103
Referências .....	104

A incidência dos direitos sociais na esfera privada

*The incidence of social rights in the private sphere*

<b>Oswaldo Ferreira de Carvalho</b> .....	107
1 Introdução .....	108
2 Delimitação conceitual dos direitos sociais .....	110
2.1 Os direitos sociais como direitos humanos subjetivos de caráter fundamental de titularidade individual .....	114
2.2 O modelo de positivação dos direitos sociais .....	118
2.2.1 Os direitos sociais como cláusulas pétreas.....	121
3 O princípio da solidariedade e a eficácia horizontal dos direitos sociais .....	123
4 A aplicação da solidariedade para a garantia do direito fundamental à previdência social .....	136
5 Conclusões .....	140
Referências .....	141

Democracia e responsabilidade: breve análise dos instrumentos de responsabilização política nas democracias contemporâneas

*Democracy and responsibility: brief analysis of instruments of political responsibility in contemporary democracies*

<b>Geziela Iensue, Luis Fernando Sgarbossa</b> .....	145
1 Introdução .....	146
2 Da irresponsabilidade à responsabilidade dos governantes .....	148
3 Responsabilidade política nos sistemas de governo .....	152
4 Responsabilidade política a partir de outros institutos .....	164
5 Conclusão .....	170
Referências .....	172

A Constituição, as instituições e as delegações legislativas: um caso de mutação  
*The Constitution, institutions and legislative delegations: a case of constitutional mutation*

<b>André Cyrino, Daniel Capecchi Nunes</b> .....	175
1 Introdução .....	176
2 Delegações legislativas como tabu constitucional: a doutrina indelegabilidade e suas limitações .....	177
2.1 A crítica e os pontos cegos .....	180
3 O conceito de mutação constitucional .....	182
4 A mutação constitucional do artigo 25 do ADCT: as competências legislativas do Executivo na democracia .....	187
5 Conclusão .....	194
Referências .....	195

Sub-representação legal nas ações afirmativas: a Lei de Cotas nos concursos públicos

*Legal underrepresentation and affirmative action: racial quotas for federal civil servant positions*

<b>Evandro Piza Duarte, Gianmarco Loures Ferreira</b> .....	199
1 A lei de cotas raciais em concursos públicos .....	200
2 Por uma perspectiva crítica das ações afirmativas: os limites da resposta liberal .....	207
3 “Quanto”: o percentual reservado de 20% das vagas .....	209
4 “Onde”: distinção por carreiras .....	217
5 “Quem”: a não inclusão dos cargos em comissão como objeto de reserva de vagas .....	219
6 Um novo conceito para identificar os limites ao combate à sub-representação da população negra por meio das cotas raciais .....	222
7 O que é sub-representação legal? .....	226
7.1 “Situação identificada” .....	226
7.2 “Na legislação que rege as cotas raciais” .....	226
7.3 “A escolha de certos critérios em detrimento de outros” .....	227
7.4 “Quanto, onde e quem” .....	228
7.5 “Proporção de pessoas que podem vir a ser beneficiadas” .....	228
7.6 “Inferior à proporção deste grupo na população” .....	228
8 Considerações finais .....	229
Referências .....	230

Consórcios públicos, federalismo cooperativo e intermunicipalidade

*Public partnerships, federalism and intermunicipality*

<b>Talden Farias</b> .....	237
1 Introdução .....	238
2 Conceito, natureza jurídica e criação dos consórcios públicos .....	238
3 Objetivo(s) e vantagens dos consórcios públicos .....	241
4 Arcabouço normativo do consórcio público .....	244
5 Consórcios públicos intermunicipais e federalismo cooperativo .....	246
6 Consórcios públicos e regiões metropolitanas .....	250
7 Considerações finais .....	254
Referências .....	254

Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência

*Judicial control of public policies: an analysis based in concepts of efficacy, effectiveness and efficiency*

<b>Julio Cesar Aguiar, Melina Tostes Haber</b> .....	257
Introdução .....	258
1    Políticas públicas: conceito, instrumentos e implantação .....	259
2    Teoria analítico-comportamental do direito .....	263
3    Conceitos de eficácia e efetividade do direito: uma definição a partir da análise comportamental das regras jurídicas .....	266
4    Conceito de eficiência do direito sob a ótica da análise econômica .....	273
Conclusão .....	277
Referências .....	278

O cumprimento das informações acerca das licitações e contratos celebrados nos portais da transparência: uma análise qualitativa de municípios do Rio Grande do Sul

*The compliance of the information about biddings and contracts on transparency portals: a qualitative analysis of municipalities in Rio Grande do Sul*

<b>Cynthia Gruenling Juruena, Denise Bittencourt Friedrich</b> .....	281
1    Considerações iniciais .....	282
2    A importância do dever de informação dos atos administrativos emanados pela Administração Pública municipal .....	283
3    O acesso à informação pública e o <i>layout</i> dos sítios oficiais .....	286
4    A clareza das informações públicas em uma linguagem de fácil compreensão .....	290
5    As informações públicas e o prazo de resposta do Poder Público aos solicitantes .....	292
6    O acesso à informação pública e a ferramenta do LicitaCon .....	296
Considerações finais .....	304
Referências .....	305

#### DIRETRIZES PARA AUTORES

<b>AUTHOR GUIDELINES</b> .....	309
Condições para Submissão <i>Submission Preparation Checklist</i> .....	314
Declaração de Direito Autoral <i>Copyright Notice</i> .....	315
Política de Privacidade <i>Privacy Statement</i> .....	315
Política de Ética <i>Ethical Policy</i> .....	316